



Índice Municipal da Gestão Fiscal

O índice da gestão fiscal permite ordenar os municípios quanto à política fiscal estabelecida e executada (direta ou indiretamente), habilitando o usuário da informação a entender, de maneira ampla, o comportamento das decisões tomadas pelos responsáveis na administração municipal no que diz respeito à parte fiscal.

Para isso, são analisadas a execução financeira e orçamentária, a manutenção dos limites legais estabelecidos, as decisões em relação à aplicação de recursos vinculados e a transparência da administração municipal.

Além dos aspectos relacionados à obediência aos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, é possível acompanhar se questões como endividamento, planejamento e metas são conduzidos segundo uma gestão adequada, a fim de não comprometer as receitas futuras e a prestação de serviços públicos à população local.

Metodologia Aplicada

Conforme exposto anteriormente, o i-Fiscal é também um índice que reflete o valor agregado de outros valores, que procura expressar em um número o resultado de várias análises realizadas. No presente caso, em que desejamos apurar o índice da Gestão Fiscal, consideramos os seguintes indicadores, detalhados com a sua apuração:

Análise da Receita (execução orçamentária); Análise da Despesa (execução orçamentária); Análise da execução orçamentária; Análise dos Restos a Pagar – até o bimestre (dívida flutuante); Despesas com Pessoal – Poder Executivo; Despesa com Pessoal - Poder Legislativo; Apuração do resultado financeiro (superávit/déficit); Apuração da dívida fundada (aumento/redução); Apuração dos pagamentos dos precatórios; Repasse de duodécimos às Câmaras; Transparência: atas de elaboração, avaliação e aprovação, pareceres e publicações realizadas.

Instruções (Leia atentamente)

Como se trata de um questionário extenso, lembre-se de gravar o seu progresso num



Seção A: Quesitos i-Fiscal

A1. 1. Com base nos dados da execução orçamentária da Lei Orçamentária Anual (exercício de 2018), informe os seguintes valores:

Receita arrecada:

Receita prevista atualizada:

Despesa executada:

Despesa fixada final:

Créditos Adicionais Abertos com base em Superávit Financeiro:

A2. 2. Com base nos dados do balanço patrimonial do exercício de 2018, informe os seguintes valores:

Ativo financeiro:

Passivo financeiro:

A3. 3. Sobre os restos a pagar processados e não processados do exercício de 2018, informe os seguintes valores:

Saldo inicial total dos restos a pagar:

Total de pagamentos realizados:

A4. 4. Com base nos dados do exercício de 2018, em relação à Lei de Responsabilidade Fiscal, informe:

Percentual apurado com a Despesa total de pessoal – Poder Executivo

Percentual apurado com a Despesa total de pessoal – Poder Legislativo:

Percentual da dívida fundada (Saldo Final em 12/2018) em relação à RCL:

A5. 5. Sobre pagamento de Precatórios, informe os seguintes valores referentes ao exercício de 2018:

Saldo inicial dos precatórios:

Saldo final dos precatórios:

A6. 6. O repasse de duodécimos às Câmaras foi realizado dentro dos limites legais, de acordo com o Art. 29-A da Constituição Federal?

Sim ☐

Não ☐



A7. 7. Os repasses para o regime geral ou regime próprio de previdência social são realizados dentro do prazo legal?

Sim ☐

Não ☐

A8. 8. O município possui Código Tributário?

Sim ☐

Não ☐

A9. 8.1. Informe o link de acesso ao documento no Portal da Transparência/Internet.

A10. 9. O município institui tributos por meio de lei?

Sim ☐

Não ☐

A11. 9.1. Informe os links de acesso a todas as normas instituidoras de tributos: impostos, taxas, contribuições no Portal da Transparência/Internet.

Informar cada link em uma linha diferente

A12. 10. O município possui cadastro de contribuintes?

Sim ☐

Não ☐

A13. 11. A fiscalização e a administração tributária do município são executadas por servidor público efetivo?

Sim ☐

Não ☐

A14. 12. O município possui os dados referentes ao lançamento tributário, discriminadamente por exercício, por contribuinte e por tributo?

Sim ☐

Não ☐



A15. 12.1. Os dados estão organizados de modo suficiente para serem contabilizados no regime de competência, nos termos do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP)?

Sim ☐

Não ☐

A16. 12.2. Os dados estão publicados no Portal da Transparência?

Sim ☐

Não ☐

A17. 13. O município possui os dados referentes à efetiva arrecadação tributária discriminadamente por exercício, por contribuinte e por tributo?

Sim ☐

Não ☐

A18. 13.1. Os dados estão organizados de modo suficiente para serem contabilizados no regime de competência, nos termos do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP)?

Sim ☐

Não ☐

A19. 13.2. Os dados estão publicados no Portal da Transparência?

Sim ☐

Não ☐

A20. 14. O município possui os dados referentes aos créditos da Dívida Ativa discriminadamente por exercício, por contribuinte e por tributo?

Sim ☐

Não ☐

A21. 14.1. Os dados estão organizados de modo suficiente para serem contabilizados nos termos do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP)?

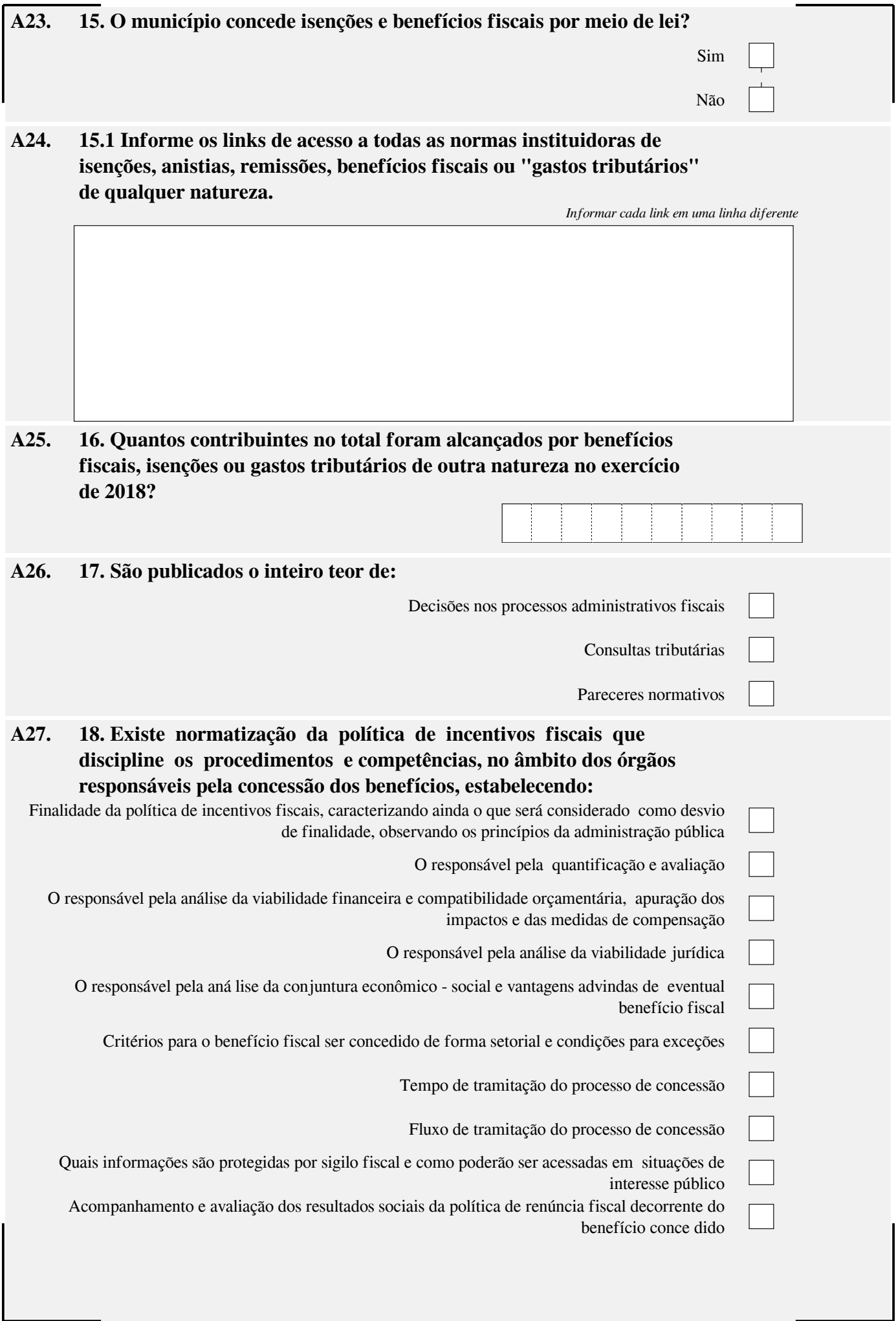
Sim ☐

Não ☐

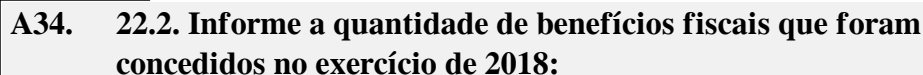
A22. 14.2. Os dados estão publicados no Portal da Transparência?

Sim ☐

Não ☐



A28. 19. O demonstrativo do anexo de Metas Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) que objetiva apontar a estimativa e compensação da renúncia de receitas, evidencia:

[illegible]

- A35. 23. A Administração tributária avalia, formalmente, o custo-benefício da abertura de programas de recuperação de créditos, adota indicadores para avaliação e avalia tais indicadores de resultado periodicamente?**

5

1

- A36. 23.1. Faça o envio do documento comprobatório**

- A37. 24. Os registros contábeis da renúncia de receita decorrentes da concessão ou ampliação de incentivos ou benefícios de natureza tributária estão em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e as orientações e manuais da Secretaria do Tesouro Nacional?**

5

1

- A38. 25. Existem relatórios ou outro documento formal de avaliação quanto à eficiência e ao alcance do retorno e resultados esperados da política de renúncia fiscal que objetiva atrair investimentos e proporcionar o desenvolvimento econômico?**

5

1

- A39. 25.1. Faça o envio do documento comprobatório**

- A40. 26. Há publicidade e transparência dos resultados sócio-econômicos dos benefícios concedidos, bem como dos métodos utilizados para o seu monitoramento e avaliação?**

5

1

- A41. 26.1. Informe os links de acesso a cada uma das informações.**

--